

Gabriel Nogueira de Freitas



Centro Universitário Católica de Quixadá,
UNICATÓLICA, Brasil

2017010465@unicatolicaquixada.edu.br

**Dra. Stânia Nágila Vasconcelos
Carneiro**



Centro Universitário Católica de Quixadá,
UNICATÓLICA, Brasil

stanianagila@unicatolicaquixada.edu.br

Artigo derivado da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA) e financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), intitulada "Epidemiologia da Prevalência de Transtornos Mentais em Pacientes do CAPS de Quixadá - Análise da Dispersão Geográfica".

Submetido em: 22/11/2023

Aceito em: 29/11/2023

Publicado em: 18/12/2023

TRANSTORNOS MENTAIS NO CONTEXTO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA - REVISÃO INTEGRATIVA

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão contextual, complementar e conceitual sobre os transtornos mentais nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no Brasil, e o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos. A pesquisa destaca a complexidade dessas condições e a necessidade de uma abordagem integral que leve em consideração os fatores biopsicossociais que as influenciam. A análise ressalta que os transtornos mentais são fenômenos multifacetados que afetam a funcionalidade e o bem-estar dos indivíduos. A presença de Transtornos Mentais Comuns (TMC) na população é destacada, evidenciando a importância de uma compreensão mais ampla dessas condições. No contexto dos serviços de saúde mental, é fundamental alinhar as práticas com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo uma abordagem em rede que considere os determinantes sociais da saúde. A expansão da capacidade dos serviços de saúde mental, com a integração eficaz dos CAPS e dos Ambulatórios de Saúde Mental, é recomendada para assegurar o tratamento adequado para diferentes níveis de gravidade. O estudo também destaca disparidades de gênero nas prevalências e características dos transtornos mentais, enfatizando a necessidade de abordagens sensíveis ao gênero na prestação de serviços. Além disso, políticas públicas devem abordar os determinantes sociais da saúde mental, como desigualdades socioeconômicas, apoio familiar e conexões sociais. Por fim, a pesquisa incentiva o desenvolvimento de mais estudos epidemiológicos para uma compreensão mais profunda da prevalência dos Transtornos Mentais Comuns (TMC), visando melhorar as intervenções terapêuticas e focos de atendimento.

Palavras-chave: Epidemiologia. Transtorno mental. Saúde mental.

MENTAL DISORDERS IN THE CONTEXT OF PSYCHOSOCIAL CARE CENTERS (CAPS): AN EPIDEMIOLOGICAL ANALYSIS - INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT

This article presents a contextual, complementary and conceptual review of mental disorders in Psychosocial Care Centers (CAPS) in Brazil and the epidemiological profile of the patients treated. The research highlights the complexity of these conditions and the need for a comprehensive approach that addresses the biopsychosocial factors that influence them. The analysis emphasizes that mental disorders are multifaceted phenomena that affect the functionality and well-being of individuals. The presence of Common Mental Disorders (CMD) in the population is highlighted, revealing the importance of a broader understanding of these conditions. In the context of mental health services, it is essential to align practices with the principles of the Unified Health System (SUS), ensuring a networked approach that considers the social determinants of health. Expanding the capacity of mental health services, with the effective integration of CAPS and Mental Health Outpatient Clinics, is recommended to ensure adequate treatment for different levels of seriousness. The study also highlights gender disparities in the prevalence and characteristics of mental disorders, emphasizing the need for gender-sensitive approaches in service provision. In addition, public policies should address the social determinants of mental health, such as socioeconomic inequalities, family support and social connections. Finally, the research encourages the development of more epidemiological studies for a deeper understanding of the prevalence of Common Mental Disorders (CMD), with a view to improving therapeutic interventions and focuses of care.

Keywords: Epidemiology. Mental disorder. Mental health.

1 INTRODUÇÃO

A promoção da saúde mental é essencial para o bem-estar humano, e os transtornos mentais comuns (TMC) emergem como um desafio de magnitude considerável no contexto da saúde pública. De acordo com Barbosa *et al.* (2020), os TMC são caracterizados como síndromes que interferem nos processos biológicos e psicológicos fundamentais para a regulação emocional, cognitiva e comportamental dos indivíduos. Além disso, estudos apontam que aproximadamente um em cada quatro indivíduos será afetado por algum transtorno mental em algum momento de suas vidas.

A reforma psiquiátrica desempenhou um papel fundamental na transformação do tratamento e na prevenção do sofrimento mental. Seguindo a Lei nº 10.216, houve uma reorientação significativa no modelo de assistência em saúde mental no Brasil, com foco na proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2016). Esse redirecionamento promoveu uma transição de um modelo hospitalocêntrico de atendimento psiquiátrico para um modelo de atenção comunitário, resultando na redução de leitos de hospitais psiquiátricos e na criação de serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e a integração com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) (BARBOSA *et al.*, 2020), no entanto os TMC ainda afetam aproximadamente 450 milhões de indivíduos no Brasil (AMARAL; CAMPOS, 2011).

A transformação da abordagem de cuidados em saúde mental, conforme delineada na Política Nacional de Saúde Mental, levanta questões essenciais sobre a eficácia dessas mudanças na vida dos pacientes e na comunidade em geral. A transição de cuidados predominantemente institucionais para a oferta de serviços de saúde mental comunitários, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), representa um marco na assistência à saúde mental (BRASIL, 2011), no entanto a questão fundamental que motivou este estudo é: Qual a prevalência dos transtornos mentais de pacientes atendidos pelo CAPS no Brasil? Quais os dados sociodemográficos dos pacientes acometidos com algum transtorno mental?

Este estudo representa uma revisão da literatura existente e se insere como parte integrante da pesquisa em campo intitulada "Epidemiologia da Prevalência de Transtornos Mentais em Pacientes do CAPS de Quixadá: Análise da Dispersão Geográfica," conduzida

pelos mesmos autores. O objetivo principal desta revisão é fornecer um embasamento sólido, complementar, contextual e conceitual para a pesquisa em questão, além de consolidar dados já disponíveis na literatura científica.

Ao realizar esta revisão, almeja-se para além de embasar a pesquisa em capo ampliar o entendimento das informações e resultados já documentados, bem como identificar possíveis lacunas no conhecimento existente. A síntese da literatura atual permitirá uma análise mais completa e informada da situação epidemiológica dos transtornos mentais no Brasil. Esta abordagem, que integra pesquisa em campo e revisão da literatura, visa contribuir para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento de estratégias de saúde mental mais focais e eficazes no contexto brasileiro, especificamente no Nordeste.

2 METODOLOGIA

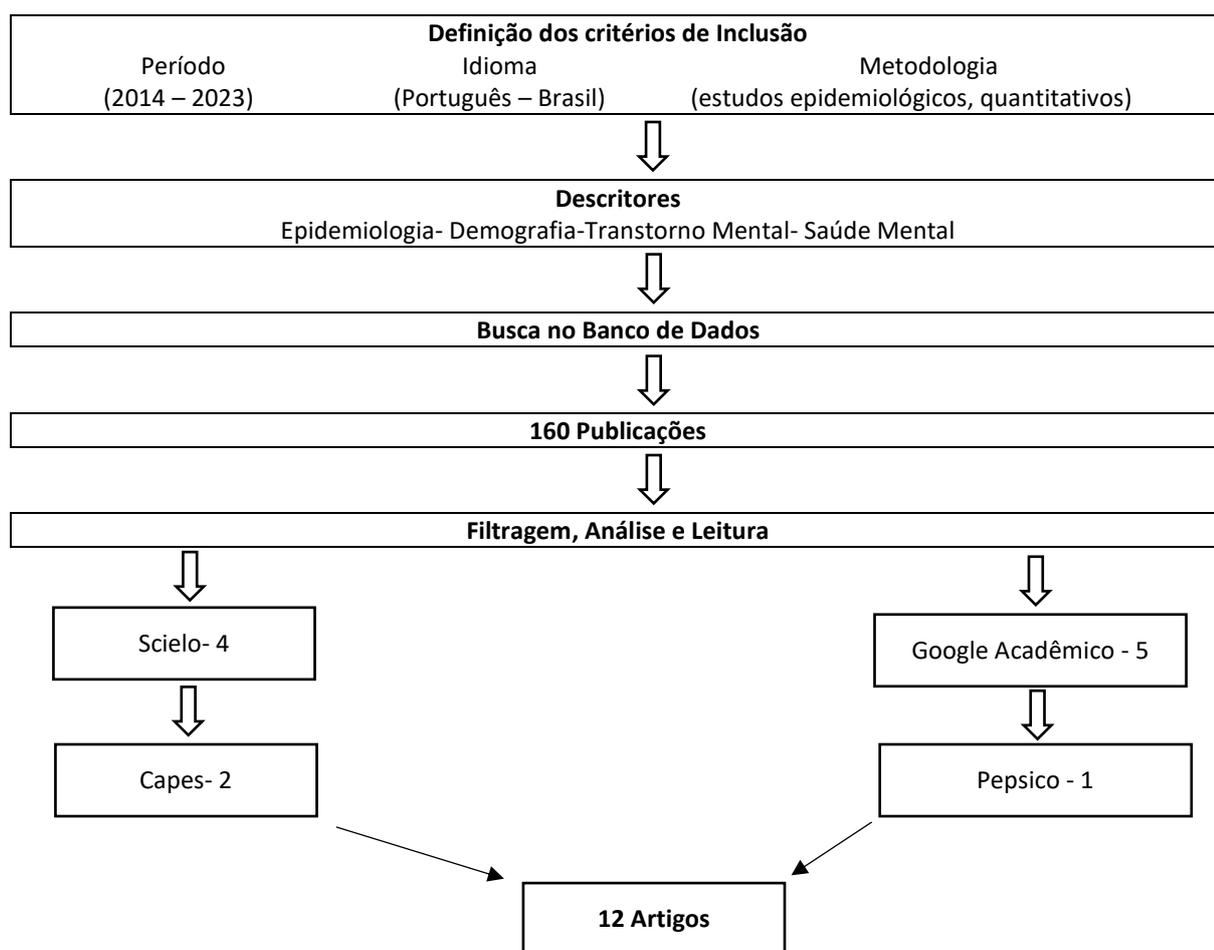
Este estudo representa uma revisão bibliográfica derivada da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIC) do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA) e financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), intitulada "Epidemiologia da Prevalência de Transtornos Mentais em Pacientes do CAPS de Quixadá - Análise da Dispersão Geográfica". As fases que compuseram essa revisão bibliográfica foram as seguintes: definição dos critérios de seleção, escolha dos descritores, identificação das bases de dados, filtragem dos resultados, análise dos títulos e resumos, seleção dos artigos, leitura na íntegra e fichamento, organização das informações e síntese dos resultados.

Na primeira etapa, foram estabelecidos critérios específicos para a seleção dos artigos, tais como o período de publicação, o idioma e a abordagem metodológica.

Na segunda etapa, foram identificadas palavras-chave por meio da plataforma de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), utilizando os seguintes termos: "epidemiologia", "demografia", "transtorno mental" e "saúde mental". Os critérios de inclusão compreenderam artigos completos disponíveis eletronicamente em português, com abordagem metodológica quantitativa em epidemiologia, publicados entre 2014 e 2023 e relacionados aos descritores mencionados. Foram excluídos cartas editoriais, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, livros e artigos duplicados.

Em seguida, procedeu-se à busca nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, Pepsico e Capes, resultando na identificação de 160 publicações relacionadas ao tema. Após a aplicação dos critérios de seleção, 130 artigos foram excluídos. Posteriormente, por meio de uma revisão minuciosa, foram selecionados 12 artigos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão, constituindo, assim, a amostra desta revisão (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição dos artigos encontrados, excluídos e selecionados, segundo meios eletrônicos e descritores



Fonte: Adaptado Hiany *et al.* (2018).

Prosseguindo, a pesquisa seguiu com a seleção dos elementos a serem extraídos das publicações investigadas. Essa seleção compreendeu critérios como o ano de publicação, os autores responsáveis, os objetivos de cada estudo, os métodos empregados na pesquisa e os principais resultados alcançados. Essa etapa de extração de informações foi conduzida de maneira meticulosa, garantindo que todos os elementos relevantes fossem devidamente registrados.

Na sétima, oitava e nona etapa, os artigos selecionados passaram por uma análise crítica e aprofundada. Essa análise envolveu a interpretação cuidadosa dos dados e das conclusões presentes nas publicações. Além disso, foi conduzida uma discussão detalhada das evidências extraídas dos artigos revisados de forma colaborativa, permitindo uma análise abrangente das informações coletadas. As descobertas foram apresentadas de maneira descritiva e contextualizada, alinhando-se com os objetivos específicos deste estudo e proporcionando uma compreensão aprofundada sobre a epidemiologia dos transtornos mentais em pacientes atendidos em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

3 RESULTADOS

Os resultados da revisão bibliográfica revelam que, dos 12 artigos selecionados para a amostra, a maioria deles estava disponível em bancos de dados amplamente utilizados na área de pesquisa, demonstrando a relevância do tema. Um terço dos artigos (33,33%) foi obtido na Scientific Electronic Library (SCIELO), destacando a contribuição de fontes reconhecidas em âmbito acadêmico. O Google Acadêmico, uma ferramenta amplamente utilizada por pesquisadores, contribuiu significativamente com 41,67% dos artigos. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Portal Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) forneceram 16,67% e 8,33% dos artigos, respectivamente. Essa diversidade de fontes fortaleceu a abrangência da pesquisa, proporcionando uma visão mais completa do panorama dos transtornos mentais e sua epidemiologia no Brasil.

É importante ressaltar que a maioria dos artigos selecionados se concentrou nos anos mais recentes, de 2017 a 2022. No entanto, três artigos, um de 2014, outro de 2008 e um de 2006, também foram incluídos devido à sua relevância direta para a pesquisa, uma vez que

abordaram temas correlatos e apresentaram metodologias pertinentes. A categorização dos artigos como A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11 e A12 facilitou a organização das informações na Tabela 1 e permitiu uma análise mais sistemática dos resultados, incluindo detalhes sobre autores, ano de publicação, objetivos, métodos e principais resultados de cada estudo.

Tabela 1 – Características dos artigos selecionados

ARTIGO	AUTORES/ ANO DE PUBLICAÇÃO	OBJETIVOS	MÉTODO	PRINCIPAIS RESULTADOS
A1	BARBOSA <i>et al.</i> (2020)	Analisar as características clínicas e sociodemográficas dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) do município de Paulo Afonso – Bahia.	Este estudo adotou uma abordagem quantitativa e transversal, utilizando dados de pacientes que frequentaram o CAPS II de Paulo Afonso em 2018. As informações coletadas incluíram sexo, faixa etária, estado civil, ocupação, escolaridade e código do CID. Foram realizados cálculos de frequências simples e percentuais para essas variáveis. Além disso, foi aplicado o teste de Fisher para avaliar associações entre variáveis e diagnósticos clínicos.	Os resultados indicaram uma predominância do sexo feminino, estado civil solteiro, baixa escolaridade (Ensino Fundamental incompleto e analfabetismo), faixa etária entre 40 e 49 anos e ocupação. A maioria dos pacientes recebeu assistência não intensiva e foi admitida por encaminhamento. O diagnóstico mais comum estava no grupo dos transtornos esquizofrênicos, esquizotípicos e delirantes. Houve uma associação significativa entre diagnósticos e sexo, com uma maior prevalência de transtornos mentais orgânicos, esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes e retardo mental no sexo masculino, enquanto o sexo feminino apresentou uma maior proporção de transtornos do humor e transtornos neuróticos relacionados com o estresse e somatoformes.
A2	SILVA <i>et al.</i> (2017)	Caracterizar perfil sociodemográfico e epidemiológico dos usuários de um centro de atenção psicossocial álcool e drogas.	Estudo quantitativo transversal. Dados coletados em 213 prontuários de julho a agosto de 2013, seguido de análise estatística descritiva.	Perfil predominante foi sexo masculino, idade média 39 anos, ensino médio completo, raça branca, solteiros, com filhos. Maior prevalência de transtorno mental e comportamental devido ao uso de múltiplas drogas com comorbidades psiquiátricas. Álcool foi a droga de escolha e conflito familiar foi o estressor psicossocial.
A4	PEXE <i>et al.</i> (2019)	Analisar o perfil epidemiológico das crianças e adolescentes pacientes do Ambulatório de Saúde Mental da Clínica Integrada do Centro Universitário de Várzea Grande.	Estudo transversal que analisou 52 prontuários de crianças e adolescentes entre 1 e 16 anos de idade, desde agosto de 2018 até julho de 2019.	Este estudo revela uma prevalência significativa de transtornos mentais em crianças e adolescentes no Brasil, variando de 7% a 12,7%. Essas condições, influenciadas por diversos fatores, abrangem desde transtornos do neurodesenvolvimento até problemas emocionais e comportamentais. Notavelmente, há uma predominância masculina entre os pacientes de psiquiatria infantil, com 65% dos casos sendo do sexo masculino. A maioria das crianças reside com os pais, e essas patologias afetam negativamente aspectos cognitivos, comportamentais e sociais, como concentração, aprendizado e interação social.

A5	MANGOLINI <i>et al.</i> (2019)	Identificar a frequência, os fatores determinantes e o uso de serviços de saúde disponíveis para o tratamento dos transtornos ansiosos no Brasil	As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: PubMed, LILACS e Google Acadêmico, cobrindo os 10 últimos anos. Os descritores foram: "epidemiologia", "transtornos de ansiedade", "prevalência" e "Brasil". Foram selecionados os artigos com dados originais, de amostras representativas da comunidade.	A prevalência-ano de transtornos ansiosos em algumas regiões do Brasil (principalmente regiões sudeste e sul) foi elevada, chegando a 19,9% e prevalência-vida de 28,1% na região metropolitana de São Paulo. A razão de prevalência, ou a relação entre a taxa no último ano e ao longo da vida, foi de 0,71, mostrando a alta persistência dos transtornos ansiosos. Alguns fatores sociodemográficos e a comorbidade com outros transtornos mentais (principalmente com a depressão) e físicos foram associados com a ansiedade. Os quadros mais persistentes foram os mais associados com a comorbidade física e doenças crônicas. Somente 23% dos indivíduos entrevistados (com a maior procura entre os pacientes com transtorno do pânico) obtiveram alguma forma de tratamento de saúde no ano anterior à entrevista.
A6	ESMÉRIO <i>et al.</i> (2019)	Traçar o perfil epidemiológico de pessoas que buscam atendimento em CAPS.	Estudo descritivo a partir de buscas na Biblioteca Virtual de Saúde. Foram incluídos sete artigos científicos que abordam sobre o perfil das pessoas que buscam tratamento nos CAPS.	A faixa etária mais frequente está entre 40 e 69 anos; a profissão mais recorrente é "do lar". A renda familiar, quando analisada, varia entre 1 e 3 salários-mínimos. O estado civil prevalente é solteiro. Os transtornos mais frequentes foram esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (F20-29).
A7	SOARES; MEUCII (2018)	Descrever a prevalência e os fatores associados aos transtornos mentais comuns em mulheres de 18-49 anos, residentes da zona rural do município de Rio Grande-RS.	Foi realizado um estudo transversal com a coleta de dados realizada no ano de 2017. Foi utilizado um processo de amostragem sistemático dos domicílios da área rural do município.	A prevalência dos Transtornos Mentais Comuns (TMC), que englobam sintomas de depressão, ansiedade e sintomas somatoformes, é uma preocupação global, afetando em maior medida as mulheres e sendo associada a fatores socioeconômicos como baixa escolaridade e renda, bem como ao estado civil. Este estudo, realizado na zona rural de Rio Grande-RS, revelou que uma em cada três mulheres nessa região apresenta TMC. Essa prevalência se assemelha a estudos anteriores em áreas rurais do Brasil, destacando a importância dos fatores socioeconômicos e do contexto rural na saúde mental. A escolaridade surge como um fator crucial, influenciando as escolhas de vida e o bem-estar mental. Apesar da relevância dos TMC, estudos populacionais na zona rural ainda são limitados no Brasil.

A8	LOPES (2020)		Estudo descritivo a partir de buscas na literatura científica.	O cenário brasileiro, marcado por urbanização rápida, vulnerabilidade social, desigualdade, mudanças na estrutura familiar, entrada das mulheres no mercado de trabalho sem suporte adequado, crises econômicas e precarização do trabalho, contribui para a incidência e persistência desses transtornos. A exposição a esses fatores adversos desempenha um papel crucial no desenvolvimento de transtornos mentais em crianças e adolescentes. Evidências apontam associações entre pobreza e transtornos mentais, destacando a importância de abordagens holísticas e políticas eficazes que considerem fatores sociais, econômicos e de gênero na prevenção e tratamento desses transtornos.
A9	MACHADO <i>et al.</i> (2014)	Identificar a prevalência de transtornos mentais em pacientes atendidos em ambulatório de psiquiatria infantil, a partir da análise do livro de registros de atendimento (anos de 2009 e 2010) preenchido por médicos residentes e docentes.	Este estudo tem caráter descritivo e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp). Os dados foram obtidos por meio da análise das anotações do livro de registro do ambulatório de psiquiatria infantil do Hospital de Base de São José do Rio Preto/SP durante os anos de 2009 e 2010, período da duração do projeto de iniciação científica. As anotações do livro de registro foram feitas por médicos psiquiatras residentes e docentes.	Foram analisados dados de 109 pacientes, com idade entre 4 e 20 anos (média: 11,08 ± 3,24), sendo 85 do sexo masculino (77,98%). Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (n = 59; 54,12%), retardo mental (n = 55; 50,45%) e transtorno de conduta (n = 34; 31,19%) foram os mais prevalentes. Para o sexo masculino, o mais prevalente foi transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, e, para o feminino, retardo mental. As comorbidades mais prevalentes foram retardo mental, transtorno de conduta, transtorno desafiador e de oposição, episódio depressivo e transtorno da ansiedade. A maioria dos pacientes era do sexo masculino, com transtornos externalizantes e comorbidades.

A10	MIRANDA <i>et al.</i> (2008)	Investigar a incidência dos distúrbios mentais em serviços de saúde mental entre 1997/2001.	Estatístico descritivo.	A epidemiologia desempenha um papel essencial na compreensão dos transtornos mentais, fornecendo dados baseados em estatísticas. Padrões de gênero têm um impacto significativo na busca por tratamento em saúde mental, com as mulheres buscando mais atendimento, predominantemente para a depressão, enquanto os homens enfrentam taxas mais altas de abuso de álcool e casos de depressão mais graves. Na infância, os meninos tendem a manifestar transtornos hiperativos, enquanto as meninas apresentam Transtornos mistos de conduta e emoções. O diagnóstico precoce de transtornos do sistema nervoso em crianças é crucial para um prognóstico favorável e melhores resultados de tratamento. A busca de atendimento em saúde mental por parte dos homens é inferior à das mulheres, o que pode resultar em agravamento dos transtornos e eventual necessidade de internação.
A11	HIANY <i>et al.</i> (2018)	Descrever o conhecimento produzido sobre o perfil epidemiológico dos transtornos mentais na população adulta brasileira.	O estudo contou com 12 artigos, selecionados na Biblioteca Virtual em Saúde. Os critérios de inclusão foram: artigos completos; no idioma português e no período 2007 a 2017.	Os transtornos mentais foram mais prevalentes em mulheres, sendo mais comuns os transtornos de humor e neuroses. Enquanto as psicoses e uso de substâncias, forma mais encontradas em homens. Desempregados, aposentados por invalidez ou em benefício por problemas de saúde e donas de casa foram considerados em situação de risco para transtornos mentais. Observou-se, ainda, elevado número de prescrições de psicoativos e de outras comorbidades. Compreender a complexidade do processo saúde-doença mental voltado à pluralidade do ser humano proporciona assistência integral e humanizada, podendo melhorar a qualidade de vida dessa população.

A12	MARAGNO <i>et al.</i> (2006)	Este estudo objetiva investigar a prevalência de TMC segundo a cobertura PSF e certos fatores de risco sociodemográficos.	É um estudo transversal, cuja coleta de dados foi conduzida no período de janeiro a março de 2001, em dois distritos atendidos pelo Projeto QUALIS – Vila Nova Cachoeirinha e Vila Curuçá, no Município de São Paulo.	Um inquérito de saúde e acesso a serviços foi realizado de janeiro a março de 2001 em áreas periféricas do Município de São Paulo, parcialmente cobertas pelo PSF, e incluiu o rastreamento de TMC em 2.337 indivíduos maiores de 15 anos de idade. Não se observou diferença significativa na prevalência de TMC segundo a cobertura PSF. A prevalência foi significativamente maior nas mulheres (RP = 1,34), idosos (RP = 1,56) e nas categorias de menor renda (RP = 2,64) ou de menor escolaridade (RP = 2,83). Os TMC se mostraram associados a indicadores de desvantagem social, implicando a necessidade de focalização do problema e dos grupos de risco específicos para maior impacto da atenção.
-----	------------------------------	---	---	---

Fonte: Autores (2023).

A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível identificar e categorizar os seguintes eixos temáticos: Transtornos Mentais Comuns, Serviços de Atenção Psicossocial e Epidemiologia e Fatores Sociodemográficos associados a transtornos mentais. Esses eixos temáticos constituem a base para apresentação e discussão dos resultados obtidos ao longo da pesquisa.

4 DISCUSSÃO

4.1 Transtornos mentais comuns

A concordância geral entre os autores dos artigos reside na compreensão dos transtornos mentais como fenômenos que vão além dos sintomas, impactando significativamente a funcionalidade e o bem-estar dos indivíduos afetados. Como aponta Dalgarrondo (2019), a definição de transtorno é uma tarefa complexa, dada a fluidez dos critérios de normalidade e anormalidade. Uma das principais complicações no campo da saúde mental é a ausência de sintomas patognomônicos, ou seja, a falta de sintomas específicos para cada transtorno, como destacado por Landero (2023). Isso significa que sintomas que se manifestam em um determinado transtorno podem ocorrer em diferentes quadros clínicos (DALGALARRONDO, 2019).

Barbosa *et al.* (2020) contribuem para essa discussão ao definirem os transtornos como síndromes que interferem nos processos biológicos e psicológicos fundamentais para a regulação afetiva, cognitiva e comportamental dos indivíduos. É importante ressaltar, como evidenciado por Pexe *et al.* (2019), que os sintomas dos transtornos podem variar entre os pacientes devido à complexa influência de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Isso reforça a necessidade de uma abordagem biopsicossocial integral ao cuidado de saúde, que leve em consideração todos esses aspectos quando se busca atender aos pacientes.

Miranda *et al.* (2008) e Maragno *et al.* (2006) fundamentam suas análises nas diretrizes do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Essas classificações reconhecem os transtornos mentais como condições que envolvem manifestações psicológicas, frequentemente associadas a

comprometimento funcional decorrente de perturbações de natureza biológica, social, psicológica, genética, física ou química.

A abordagem de Santos (2002) complementa essa visão ao destacar o conceito de Transtorno Mental Comum (TMC). O TMC refere-se a uma situação de saúde na qual os indivíduos não atendem aos critérios formais de diagnóstico de depressão e/ou ansiedade de acordo com a classificação, mas ainda assim apresentam uma sintomatologia proeminente que resulta em uma incapacidade funcional comparável ou até mais grave do que a observada em quadros crônicos bem estabelecidos. A literatura respalda a complexidade dos transtornos mentais e a necessidade de uma abordagem abrangente que leve em conta não apenas os sintomas, mas também os fatores biopsicossociais que influenciam essas condições. Além disso, enfatiza a importância de uma compreensão mais ampla dos transtornos mentais, considerando não apenas os critérios diagnósticos rígidos, mas também as experiências dos pacientes que podem não se encaixar perfeitamente nesses critérios o que gera implicações significativas para a prática clínica e a formulação de políticas de saúde mental.

Soares e Meucci (2018) destacam que os Transtornos Mentais Comuns (TMC) se caracterizam pela presença de sintomas como depressão não psicótica, ansiedade e sintomas somatoformes, sintomas físicos relacionados a fatores psicológicos, em intensidades suficientes para interferir nas atividades diárias. No entanto, é importante ressaltar, como corroborado por Maragno *et al.* (2006), que esses sintomas não necessariamente preenchem os critérios formais estabelecidos pela Classificação Internacional de Doenças (CID) ou pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Soares e Meucci (2018) também identificam sintomas comuns associados aos TMC, como insônia, fadiga, esquecimento, irritabilidade, dificuldade de concentração, queixas somáticas e sentimentos de inutilidade (GOLDBERG, 1992).

Farias *et al.* (2011) enfatizam a importância de considerar a faixa etária, as emoções e o desenvolvimento cognitivo e cerebral de cada indivíduo ao avaliar sintomas relacionados aos TMC. Conforme destacado por Pexe *et al.* (2019), a prática clínica muitas vezes revela uma sintomatologia heterogênea. Isso significa que, se apenas os critérios do DSM-5 forem levados em consideração, pode haver subdiagnósticos, o que prejudicaria o acesso do paciente ao tratamento adequado e poderia impactar o curso da doença.

Observou-se que todos os estudos incluídos nesta revisão se baseiam na abordagem da psicopatologia descritiva, que se concentra principalmente na análise das manifestações das alterações psíquicas e na estrutura dos sintomas. Neste contexto, concordamos com a perspectiva de Dalgarrondo (2019), que enfatiza a complexidade e a multifacetada natureza da psicopatologia. De acordo com o mesmo autor, buscar uma única explicação ou uma concepção teórica que pretenda resolver todos os problemas e incertezas nesse campo seria simplista e artificial, distorcendo a compreensão do fenômeno psicopatológico. Portanto, apresentamos de forma concisa a psicopatologia fenomenológica. É importante ressaltar que este artigo não se destina a aprofundar-se nessa abordagem, uma vez que seu escopo e objetivo se concentram em outro ponto. No entanto, incluímos essa breve menção não com o propósito de promovê-la como a abordagem definitiva em psicopatologia, mas sim para ampliar o horizonte e proporcionar uma visão alternativa à psicopatologia descritiva presente nos artigos analisados.

A psicopatologia fenomenológica emprega procedimentos metodológicos, como a condução fenomenológica e eidética, para investigar as estruturas essenciais da consciência e analisar as características intrínsecas e extrínsecas dos fenômenos mentais. Embora essa abordagem esteja enraizada na filosofia fenomenológica, há uma relação mútua entre ambas, onde a filosofia fornece o arcabouço teórico e a psicopatologia aplica esses princípios na compreensão dos transtornos mentais (TAMELINE; MESSAS, 2022).

Ainda segundo Tameline e Messas (2022), na perspectiva fenomenológica, o psiquismo não é uma mera soma de funções isoladas, mas uma totalidade estruturada, envolvendo aspectos como temporalidade, espacialidade, intersubjetividade e corporeidade. Quando essas estruturas fundamentais são afetadas por condições patológicas, ocorrem alterações típicas que desempenham um papel central na compreensão e diferenciação de diversos quadros clínicos, como a esquizofrenia, mania e obsessão. Essas modificações nas características essenciais da consciência explicam a manifestação e a variação entre as diferentes entidades clínicas.

A compreensão dos transtornos mentais requer uma abordagem que vá além dos critérios diagnósticos rígidos, levando em consideração a complexidade e a heterogeneidade da sintomatologia, bem como os fatores biopsicossociais que influenciam essas condições. A psicopatologia fenomenológica, embora não seja o foco deste estudo,

oferece uma perspectiva adicional ao explorar as estruturas fundamentais da consciência e a essência dos fenômenos mentais, o que pode enriquecer ainda mais nossa compreensão dos transtornos mentais portanto, uma abordagem integral é essencial na avaliação e no tratamento de transtornos mentais, considerando a diversidade de sintomas e a complexidade dessas condições.

4.2 Serviços de atenção psicossocial

Os dados epidemiológicos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2001) e por Peixe *et al.* (2019) destacam a significativa carga de transtornos mentais na população brasileira, afetando cerca de um em cada quatro indivíduos em algum momento de suas vidas. Essa alta prevalência é corroborada por estudos recentes, como os de Mangoline *et al.* (2019) e Soares e Meucci (2018), que apontam taxas de transtornos mentais variando de 7% a 19,9%, com uma prevalência geral de 36,4% de transtornos mentais comuns.

Esses números refletem a persistência dos problemas de saúde mental no Brasil, gerando impactos substanciais na qualidade de vida e no funcionamento diário de uma parcela significativa da população. Conforme observado por Lopes (2020), diversos fatores socioeconômicos e demográficos contribuem para esse cenário desafiador. O rápido processo de urbanização, por exemplo, muitas vezes resulta na falta de assistência pública nas comunidades periféricas, que estão sujeitas a vulnerabilidades sociais e violência urbana. Além disso, as mudanças na estrutura familiar, a entrada das mulheres no mercado de trabalho sem o devido suporte e as crises econômicas são fatores que aprofundam as desigualdades e a adversidade social.

Nesse contexto, torna-se imperativo que o sistema de saúde mental, adote uma abordagem que esteja alinhada com os princípios de universalidade, integralidade e equidade do SUS. Esses princípios, conforme destacado por Barbosa *et al.* (2020), devem ser a base para a assistência em saúde mental, com a lógica de atendimento em rede sendo fundamental para garantir que os pacientes recebam o acolhimento e o tratamento adequados. É evidente que a abordagem dos transtornos mentais no Brasil não deve ser apenas clínica, mas também considerar os fatores sociais, econômicos e culturais que

contribuem para a complexidade dessas condições. A discussão dessas questões é crucial para informar políticas de saúde mental eficazes e promover o bem-estar da população.

Por muito tempo, a assistência à saúde mental restringiu-se ao modelo manicomial que se centrava em internações de longa duração em hospitais psiquiátricos onde os maus tratos eram recorrentes (BARBOSA *et al.*, 2020) no entanto Segundo Desvial (*apud* Bleicher, 2021), a Reforma Psiquiátrica brasileira estabeleceu as bases para uma Atenção Psicossocial alternativa, pautada em princípios que atualmente ressoam com a lógica universal, equitativa e igualitária do SUS. Esses tratamentos visam incorporar o sofrimento psíquico e seu contexto no processo terapêutico, bem como integrar aspectos subjetivos e sociais. A política atual de Saúde Mental no Brasil através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é o resultado da mobilização de famílias, profissionais da saúde e usuários, que batalharam pela substituição de um modelo de saúde mental centrado em hospitais psiquiátricos por um modelo de serviços comunitários com forte integração territorial (AMARANTE, 2007), não fugindo a lógica dos determinantes sociais nos processos de bem-estar psíquico.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é destinada a indivíduos com sofrimento psíquico, transtornos mentais e necessidades relacionadas ao uso de substâncias. Regulamentada pelo Decreto nº 7.508 de 2011, essa rede se insere na reorganização do Sistema Único de Saúde, abordando planejamento, assistência e articulação entre as esferas governamentais. Essa estrutura é um componente obrigatório dos serviços de saúde, desempenhando um papel crucial na institucionalização das Regiões de Saúde, tendo como finalidade principal a criação, ampliação e articulação dos pontos de saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental (GARCIA; REIS, 2018).

Esses movimentos repercutiram positivamente, culminando ao longo dos anos em várias medidas como a sanção da Lei Federal nº 10.216 que estabelece os direitos e a proteção das pessoas com transtornos mentais e promove uma mudança no modelo de assistência em saúde mental (BARBOSA *et al.*, 2020). Ela direciona a atenção para um modelo comunitário, reduzindo o número de leitos em hospitais psiquiátricos através da implementação dos serviços alternativos, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) realiza atendimento para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos por meio de equipes multiprofissionais, com ou sem

leito de acolhimento noturno, seus objetivos principais são: realizar o tratamento e melhorar a qualidade de vida de pessoas com transtornos mentais e/ou problemas relacionados ao uso de crack, álcool e/ou outras drogas; e fomentar atividades de inserção social, por meio de ações intersetoriais, atendimento individual, atendimento em grupo, atendimento a família, atividades comunitárias, oficinas terapêuticas, entre outras que devem ser desenvolvidas mediante a construção de Projetos Terapêuticos Singulares (BRASIL, 2012).

Os serviços de atenção em saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Ambulatórios de Saúde Mental (ASM), desempenham papéis fundamentais no cuidado às pessoas com transtornos mentais. De acordo com a Lei nº 10.216, os CAPS têm a responsabilidade de acolher aqueles com transtornos mentais graves e persistentes, contando com equipes multidisciplinares para fornecer o suporte necessário. Por outro lado, os Ambulatórios de Saúde Mental (ASM) têm um foco no atendimento de transtornos psíquicos menos graves, em coordenação com as equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), prestando assistência principalmente às pessoas com transtornos mentais menores (HIANY *et al.*, 2018).

Entretanto, a realidade prática muitas vezes apresenta desafios significativos. É comum observar serviços altamente demandados que não conseguem operar efetivamente dentro da lógica da referência e contrarreferência. Além disso, em algumas cidades, como Quixadá-CE, a falta de ASM e equipes da APS adequadas pode levar ao superlotação dos CAPS com uma variedade de demandas, tanto graves quanto menos graves. O cenário observado mediante as evidências dos artigos utilizados neste estudo levanta questões importantes sobre a organização e a capacidade dos serviços de saúde mental em atender às necessidades da população. É fundamental que se considere a otimização dos recursos existentes e a alocação eficaz das equipes de saúde mental, garantindo que tanto os casos graves quanto os menos graves recebam atenção adequada e oportuna.

Neste contexto, surge a necessidade de uma reflexão crítica sobre como os serviços de saúde mental estão estruturados e operam na prática, identificando oportunidades de melhoria. Além disso, é importante discutir estratégias para expandir e fortalecer a rede de atenção em saúde mental, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de qualidade, independentemente da gravidade de seus transtornos mentais. Como podemos

otimizar a oferta de serviços de saúde mental, considerando as diferentes necessidades da população e as limitações dos recursos disponíveis?

Esta é uma questão que encontra eco e reverbera nas pesquisas utilizadas neste estudo, acreditamos que sua resposta ainda não seja possível, mas o pontapé inicial deve estar em uma abordagem de forma crítica e teórica, buscando identificar a prevalência e dispersão geográfica desses transtornos nas diferentes regiões para então gerar soluções que promovam o bem-estar mental e a equidade no acesso aos cuidados de saúde.

4.3 Epidemiologia e fatores sociodemográficos associados a transtornos mentais

Esta tabela (Tabela 2) foi elaborada com o objetivo de simplificar a apresentação dos dados relativos às variáveis sociodemográficas, conforme extraídos dos artigos utilizados nesta pesquisa. Ela servirá como recurso para a subsequente discussão neste contexto.

Tabela 2 – Características sociodemográficas relacionadas aos TMC no Brasil

VARIÁVEL	PREVALÊNCIA DE TMC
Faixa etária	< Adultos (idade média de 39 anos) Crianças e adolescentes, variando de 7% a 12,7%
Gênero	Predominância feminina
Escolaridade	Baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto e analfabetismo)
Estado Civil	Solteiros
Ocupação	Desempregado
Contexto Familiar	Mudanças na dinâmica familiar (divórcios, disfuncionalidades) impactam significativamente na saúde mental

Fonte: Autores (2023).

A saúde mental, como já destacado, é uma questão de saúde pública global com ramificações profundas na sociedade. Os estudos epidemiológicos lançam luz sobre as complexidades dessas condições, demonstrando que os transtornos mentais não são meramente um problema individual, mas também um reflexo das condições sociais e econômicas em que as pessoas vivem.

A alta prevalência de transtornos mentais entre adultos em idade economicamente ativa, conforme apontado por Barbosa *et al.* (2020), Silva *et al.* (2017) e Machado *et al.* (2014), deve nos levar a uma reflexão mais profunda sobre como as pressões do mundo do trabalho, o desemprego e a falta de segurança econômica contribuem para o fardo da doença mental.

A relação entre condições socioeconômicas precárias e transtornos mentais destaca a influência dos determinantes sociais na saúde mental. Devemos questionar a que ponto as políticas públicas estão abordando eficazmente essas questões estruturais.

A análise da questão de gênero revela diferenças significativas nas prevalências de transtornos mentais entre homens e mulheres. Em Barbosa *et al.* (2020), observou-se que 163 pacientes eram mulheres (55,63%) e 130 eram homens (44,37%). Em contraste, Silva *et al.* (2017) apresenta uma realidade marcada por uma diferença significativa nos atendimentos de um CAPS AD, onde os pacientes do sexo masculino compreendem 82,62% das consultas, totalizando 176 pacientes, enquanto as mulheres correspondem a apenas 37 prontuários (17,37%). Além disso, Pexe *et al.* (2019), que analisaram o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes no Ambulatório de Saúde Mental, destacou que a maioria dos pacientes era do sexo masculino, corroborando estudos anteriores, como o de Moraes *et al.* (2017).

Nos achados de Mangoline *et al.* (2019), destaca-se que as mulheres apresentaram o dobro de chances de desenvolver transtornos de ansiedade em comparação com os homens, uma tendência que é corroborada por um estudo anterior de Andrade *et al.* (2012). Além disso, Esmério *et al.* (2019) também encontraram uma prevalência significativamente maior do sexo feminino no que se refere à incidência dos Transtornos Mentais Comuns (TMC) nos atendimentos do CAPS. Homens tendem a ser mais afetados por transtornos relacionados ao consumo de substâncias, enquanto as mulheres têm uma maior prevalência de transtornos de humor, ansiedade e somatoformes (MIRANDA *et al.*, 2008).

A vulnerabilidade feminina aos transtornos mentais pode estar relacionada às alterações no sistema endócrino durante o período pré-menstrual, pós-parto e menopausa, às diferenças no sistema nervoso, como características de predominância comum no cérebro feminino, e às condições sociais, tais como desigualdades de gênero, sobrecarga de trabalho doméstico e altas taxas de violência (JOEL *et al.*, 2015; ARAUJO *et al.*, 2005). Essa disparidade pode ser explicada por uma série de fatores, incluindo diferenças biológicas, sociais e culturais o que nos desafia a explorar as complexas interações entre os fatores. Tais descobertas destacam a importância de abordagens sensíveis ao gênero na prestação de serviços de saúde mental, levantando a questão de como os sistemas de saúde estão se

adaptando para atender às necessidades específicas de cada grupo de gênero (BARBOSA *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2017; MIRANDA, 2008; MARAGNO *et al.*, 2006).

O estado civil, como indicado por Silva *et al.* (2017) e Machado *et al.* (2014), também é um fator relevante. A maioria dos pacientes sendo solteiros sugere que a falta de apoio social pode estar ligada à saúde mental precária. No entanto, essa observação nos leva a indagar sobre como a sociedade está abordando a solidão e a importância das conexões sociais na promoção da saúde mental.

A escolaridade é uma variável de extrema relevância quando se analisa a saúde mental dos pacientes atendidos nos CAPS. No entanto, é notório que essa variável frequentemente não recebe a devida atenção na literatura. Como apontado por Esmério *et al.* (2019), muitas vezes, a escolaridade não é pesquisada ou registrada nos prontuários dos pacientes (PEREIRA *et al.*, 2012). Isso cria lacunas significativas em nosso entendimento, já que a escolaridade pode ser um fator determinante no desenvolvimento e no manejo de transtornos mentais.

O cenário torna-se ainda mais complexo quando observamos os resultados divergentes encontrados em diferentes estudos. Enquanto Barbosa *et al.* (2020) identificou uma alta proporção de pacientes com ensino fundamental incompleto no CAPS, Silva *et al.* (2017) apontou uma alta prevalência de Transtornos Mentais Comuns em pessoas com ensino médio completo. Essa discrepância nos resultados pode ser influenciada por diversos fatores, como a região geográfica, a disponibilidade de recursos educacionais e socioeconômicos, bem como características individuais dos pacientes.

Os estudos que abordaram essa variável em suas análises, como Carvalho *et al.* (2010), Pereira *et al.* (2012), Mangualde *et al.* (2013) e Reis *et al.* (2013), em sua maioria, destacaram que a maioria dos sujeitos tinha cursado até o ensino fundamental completo ou incompleto. No entanto, é essencial ressaltar que a escolaridade, por si só, não é um indicador definitivo da saúde mental de um indivíduo, ela está interligada a uma série de outros fatores, como acesso a serviços de qualidade, oportunidades de emprego e redes de apoio social.

A falta de uniformidade nos achados e a negligência na coleta de informações sobre escolaridade nos serviços de saúde mental indicam a necessidade de uma abordagem mais abrangente e crítica ao considerar como essa variável se relaciona com os transtornos mentais. Mais estudos são necessários para compreender melhor essas complexidades e

para desenvolver estratégias de intervenção que levem em consideração o nível de escolaridade dos pacientes, a fim de proporcionar um atendimento mais eficaz e personalizado nos CAPS.

Além disso, o contexto familiar emerge como um determinante significativo dos transtornos mentais. Mudanças na dinâmica familiar, como divórcios ou separações, podem impactar profundamente a saúde mental de seus membros. Portanto, abordagens que incluam a família como parte integral do processo terapêutico podem ser uma estratégia eficaz para promover o bem-estar psicológico (SILVA *et al.*, 2017; MACHADO *et al.*, 2014).

5 CONCLUSÃO

Este artigo, objetivando realizar uma revisão integrativa de conteúdos voltados aos transtornos mentais no CAPS e o perfil epidemiológico dos pacientes, reuniu estudos que englobam os conceitos e dados de literaturas variadas visando a construção de uma discussão complementar, contextual e conceitual para compreensão da temática.

A complexidade dos transtornos mentais foi explorada, destacando-se a importância de uma abordagem integral que vá além dos critérios diagnósticos rígidos e considere os fatores biopsicossociais que influenciam essas condições. A compreensão dos transtornos mentais como fenômenos multifacetados, impactando a funcionalidade e o bem-estar dos indivíduos, foi ressaltada como fundamental para uma abordagem mais eficaz em saúde mental. Os estudos analisados nesta revisão ressaltam a diversidade de sintomas e a presença de Transtornos Mentais Comuns (TMC) na população.

No contexto dos serviços de saúde mental, é crucial que o sistema de saúde adote uma abordagem alinhada com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo atendimento em rede que leve em consideração os determinantes sociais da saúde.

Diante dos desafios significativos identificados nesta pesquisa, surgem recomendações cruciais para melhorar a abordagem e o cuidado em saúde mental no Brasil. Primeiramente, é essencial investir em pesquisas adicionais que aprofundem nossa compreensão da relação entre escolaridade e transtornos mentais, considerando as disparidades regionais e socioeconômicas que podem influenciar essa relação complexa. Além disso, é imperativo expandir a capacidade dos serviços de saúde mental, com foco na

integração eficaz dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Ambulatórios de Saúde Mental, de forma a garantir que tanto os casos graves quanto os menos graves recebam o tratamento adequado.

A promoção de abordagens sensíveis ao gênero na prestação de serviços de saúde mental é fundamental, reconhecendo as diferenças nas prevalências e características dos transtornos entre homens e mulheres. Isso implica em ajustes nas estratégias de atendimento, considerando as especificidades de cada grupo de gênero para proporcionar um cuidado mais efetivo. Além disso, é necessário estimular políticas públicas que abordem os determinantes sociais da saúde mental, como desigualdades socioeconômicas, apoio familiar e conexões sociais. Ao lidar com esses fatores externos que afetam a saúde mental, pode-se promover um ambiente mais propício ao bem-estar psicológico.

Por fim, incentivar a pesquisa em psicopatologia fenomenológica é crucial para uma compreensão mais profunda das estruturas essenciais da consciência e sua aplicação na prática clínica. Explorar essa abordagem pode enriquecer nossa compreensão dos transtornos mentais e potencialmente levar a intervenções mais eficazes. Essas recomendações não apenas enfrentam os desafios identificados, mas também visam aprimorar a qualidade do cuidado em saúde mental no Brasil, promovendo o bem-estar da população em todos os níveis.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. G. *et al.* Epidemiological profile of the users of a Psychosocial Care Center. SMAD, **Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2020.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ESMÉRIO, I. C. B. *et al.* Pacientes com transtornos mentais que buscam atendimento em centro de saúde psicossocial – um estudo de revisão. **Revista Cereus**, v. 11, n. 3, p. 2-12, 2019.

FERREIRA, A. A. I. *et al.* Resenhando a prática do psicólogo no caps de Quixadá/CE. **Revista Expressão Católica**, v. 1, n. 2, p. 152-164, 2012.

HIANY, N. *et al.* Perfil Epidemiológico dos Transtornos Mentais na População Adulta no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual**, v. 86, n. 24, 2020.

LOPES, C. de S. Como está a saúde mental dos brasileiros? A importância das coortes de nascimento para melhor compreensão do problema. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, p. e00005020, 2020.

MACHADO, C. M. *et al.* Ambulatório de psiquiatria infantil: prevalência de transtornos mentais em crianças e adolescentes. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 53-62, 2014.

MANGOLINI, V. I. *et al.* Epidemiologia dos transtornos de ansiedade em regiões do Brasil: uma revisão de literatura. **Revista de Medicina**, v. 98, n. 6, p. 415-422, 2019.

MARAGNO, L. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 8, p. 1639-1648, 2006.

MIRANDA, C. A. *et al.* A. Estudo epidêmico dos transtornos mentais. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 249-257, 2008.

PEXE, M. *et al.* Perfil Epidemiológico do Ambulatório de Saúde Mental Infantojuvenil da Clínica Integrada do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). **Caderno de Publicação Univag**, n. 10, p. 4-14, 2019.

SILVA, D. L. S. *et al.* Perfil Sociodemográfico e Epidemiológico dos Usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas. **Rev Eletrônica Enfermagem Atenção Saúde**, v. 6, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2017.

SOARES, P. S. M.; MEUCCI, R. D. Epidemiologia dos Transtornos Mentais Comuns entre mulheres na zona rural de Rio Grande, RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 8, p. 3087-3095, ago. 2020.

TAMELINI, M; MESSAS, G. **Fundamentos de Clínica Fenomenológica**. 1. ed. Santana de Parnaíba: Manoela, 2022.